



Jornal FNE Edição 51 – Ago/06

Avanços da área

Nesta edição, Engenheiro traz notícias de importantes conquistas e avanços para os engenheiros. Em primeiro lugar, Rio de Janeiro e Cuiabá realizaram no mês de julho os últimos seminários da série preparatória ao VI Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros).

No âmbito do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, foram debatidos nessas duas capitais dois temas essenciais aos brasileiros: transporte urbano e agricultura. Tendo chegado ao final desse ciclo, a FNE dedica-se a consolidar sua contribuição a um projeto nacional de desenvolvimento, com propostas para as áreas de ciência e tecnologia, energia, comunicações, transportes, recursos hídricos, saneamento e meio ambiente e agricultura.

Também significa uma vitória a aprovação das diretrizes nacionais para o saneamento pelo Senado. Precisando ainda passar pela Câmara, o projeto de lei abre caminho para que sejam feitos os investimentos necessários no setor e cria as regras para o seu bom funcionamento.

Outro fato a comemorar é o reconhecimento pelo STF (Supremo Tribunal Federal) da ampla representação dos trabalhadores pelos sindicatos, por meio da substituição processual. Em entrevista, o advogado Ulisses Riedel conta a história da polêmica existente desde a promulgação da Constituição de 1988. Para completar, no Acre, os engenheiros estão a um passo de terem o salário mínimo profissional reconhecido por lei nos âmbitos municipal e estadual. Em C&T, a participação feminina no mundo das ciências é contada em livro. E leia também o que acontece nos estados.

Bom proveito.

ENGENHARIA

Após décadas de espera e muita polêmica, o Senado aprovou em 12 de julho o Projeto de Lei 219/06, que institui as diretrizes para o saneamento ambiental no País. O texto foi consolidado pela comissão mista do Congresso Nacional, que teve como relator o deputado federal Júlio Lopes (PP-RJ).

A matéria segue agora para a Câmara Federal, na qual precisa ser votada em dois turnos. O PL aprovado fez uma fusão do que havia sido apresentado pelo governo federal (PLS 5.296/05) e das propostas que vinham sendo defendidas pelo Fórum de Secretários Estaduais de Saneamento e Aesbe (Associação das Empresas Estaduais de Saneamento Básico).

Na avaliação de técnicos do setor, o resultado foi um texto mais enxuto, que eliminou a centralização de poder no Conselho das Cidades e no Ministério das Cidades que constava da proposta do Executivo. O novo projeto sana tais problemas e traz outros avanços. Mantém a titularidade municipal nos sistemas isolados e remete à interpretação do STF (Supremo Tribunal Federal) nos casos de sistemas interligados e regiões metropolitanas, escapando assim ao principal impasse que impedia a aprovação da matéria, tendo em vista a disputa entre serviços municipais e estaduais.

Entre outros avanços, preserva a necessidade de indenização de ativos das companhias estaduais nos casos de municipalização dos serviços, dispõe sobre o esgotamento pluvial e o manejo de resíduos sólidos, sem misturar os regimes tarifários, estabelece a criação de conselhos de caráter consultivo nas cidades para preservar o controle social, regra a regulação e fiscalização dos serviços prestados quando delegados pelos municípios, estabelece metas graduais e progressivas de atendimento visando a universalização dos serviços e resguarda a proteção ambiental.

O projeto traz ainda a possibilidade de utilização de créditos tributários de PIS/Cofins para investimentos e alterações no uso do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) para aplicações diretas em investimentos como a aquisição de cotas de FDIC, FIP, debêntures, ações etc.

O passo dado em direção à instituição do marco regulatório para o saneamento é uma vitória dos engenheiros, que vêm historicamente defendendo uma legislação que propicie os investimentos urgentes nessa área, tendo em vista a precariedade no atendimento e sua importância para a saúde pública (leia artigo nesta edição).

Em 17 de julho, já após a votação do PL 219/06 no Senado, os diretores da federação Carlos Bastos Abraham e Antônio Florentino de Souza Filho participaram do painel “Habitação e saneamento”, promovido pelo Crea-RJ (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), no qual estava o deputado do PP, relator do projeto. Na ocasião, ele informou como se deu o encaminhamento da matéria, que exigiu grande esforço de articulação política, tendo em vista a resistência existente, especialmente no Ministério das Cidades. Continua agora a batalha para assegurar a aprovação do projeto na Câmara, ressalta Abraham, dando

seqüência ao trabalho para “que seja construída uma política séria e viável para o setor no País”.

RUMO AO VI CONSE

Em 24 de julho, aconteceu em Cuiabá o sétimo evento promovido pela FNE em parceria com seus sindicatos filiados para debater os problemas nacionais, visando a elaboração de um projeto de desenvolvimento.

Tais atividades, que aconteceram em outras seis capitais, são preparatórias ao VI Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros) e integram o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. “No Mato Grosso, colocamos em pauta a agricultura, cujo fortalecimento é essencial para que a economia brasileira avance de forma sustentada”, ressaltou o presidente da federação, Murilo Celso de Campos Pinheiro.

Autor da nota técnica “Agronegócio brasileiro: perspectivas, desafios e uma agenda para seu desenvolvimento”, o professor titular de Macroeconomia e Agronegócio da Esalq/USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo), Geraldo Sant’ Ana de Camargo Barros, traçou um quadro da situação atual do setor no País.

“O que se tem visto é que está em jogo a questão da sustentabilidade. Será que toda a estrutura do agronegócio pode viver sem o socorro periódico da sociedade representada pelo setor público?”, questionou, apontando as crises cíclicas que a agricultura enfrenta, apesar dos bons resultados da década de 90. Segundo Barros, há evidências de que a sociedade brasileira beneficiou-se do agronegócio, por meio do aumento da produtividade que reduziu em 40% o preço dos alimentos. “Esse excedente de renda, ainda que mínimo, pôde ser aplicado em outros itens de consumo pelas classes C, D e E”, afirmou.

Outra contribuição, na sua avaliação, é o superávit comercial, que permitiu uma situação confortável ao Brasil, apesar das várias crises financeiras internacionais ao longo dos anos 90. “Na última década, a transferência para a sociedade foi de R\$ 1 trilhão, algo como R\$ 150 bilhões por ano”, calcula.

Destaque da economia nacional, resta então saber porque a agricultura enfrenta crises sistematicamente. De acordo com o professor da Esalq, a atividade acaba vítima de um ciclo vicioso. As altas taxas de juros refreiam o crescimento econômico do País. Como a demanda no mercado interno aumenta lentamente, ao incremento da produtividade seguem-se quedas nos preços e excedentes não absorvidos pela renda nacional, que precisam ser exportados. Com a ampliação das vendas ao exterior, o real se valoriza, prejudicando a economicidade do negócio.

Além disso, Barros também identifica a concentração de ganhos na indústria do agronegócio, enquanto os produtores amargam a maior parte das perdas.

Compensações

Dado o quadro geral, o professor defende que o agronegócio receba compensações da sociedade para se evitar que sejam perdidos os avanços alcançados até aqui. “Não se defendem subsídios ou perdão de dívidas, mas medidas que beneficiem o setor de um modo geral”, esclarece.

Entre as providências a serem tomadas ele lista: investimentos em C&T; seguro rural; recuperação e ampliação da infra-estrutura logística; aceleração das negociações comerciais no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio) e outras; programa sanitário e de qualidade dos produtos, voltado aos mercados externo e interno; cuidados ambientais; poupança para canalização de recursos entre os ciclos de alta e baixa; e compatibilização dos custos e benefícios da concentração agroindustrial.

Participaram do debate em Cuiabá Amado de Oliveira Filho, representante da Famato (Federação de Agricultura e Pecuária); Aréssio Paquer, representando o secretário de Estado de Desenvolvimento Rural; Luís Ferreira, chefe do Serviço de Política Agropecuária do Ministério da Agricultura; e Onofre de Souza Filho, presidente da OCB/MT (Organização das Cooperativas Brasileiras, seção Mato Grosso).

Os engenheiros e o País

Como nos seminários anteriores, também foram abordados os temas organização profissional e política trabalhista e sindical. O primeiro ficou a cargo de Mário da Silva Saul, representante do Crea-MT. O segundo foi tratado pelo consultor sindical João Guilherme Vargas Netto. “Hoje está acontecendo aqui um verdadeiro acampamento, que tem percorrido o Brasil. A FNE já está influenciando de forma a transformar o processo eleitoral numa disputa programática”, comemorou. Ele destacou ainda a idéia chave de todo o projeto, que é colocar a necessidade de crescimento na agenda política nacional. “Sem isso, todos os problemas se agravam muito. Nossa proposta viável, da qual as forças políticas estão se aproximando, é de 6% ao ano. Já é uma contribuição que os engenheiros estão dando à racionalidade da discussão”, asseverou.

SINDICAL

SC

Festa comemora 35 anos de história

No dia 21 de julho, o Senge Santa Catarina comemorou 35 anos de atuação com a presença de profissionais, fundadores, amigos e políticos. Nesse período, cresceu, fortaleceu-se e garantiu conquistas e benefícios aos engenheiros, arquitetos e, principalmente, aos filiados. O presidente do Senge, José Carlos Rauhen, iniciou a festa com pequena cerimônia e chamou os convidados para compor a mesa, entre eles Lício Mauro da Silveira, deputado estadual (PP); Raul Zucatto, presidente do Crea-SC; Sebastião dos Reis Salvador, representante da Abes (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária); Alaor Tissot, vice-presidente da Facisc (Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina) e presidente da ONG FloripAmanhã; João Eduardo Amaral Moritz, presidente da Abih; Fátima Oliveira, gerente da Mongeral; e Carlos Bastos Abraham, diretor-tesoureiro da FNE e do Senge.

Na ocasião, foi assinado o contrato de parceria com a Mongeral, instituindo o SengePrev, um serviço de previdência privada a todos os engenheiros filiados. “Procuramos com isso oferecer novos serviços que atendam as necessidades da categoria”, explicou Rauhen. Na sequência, os fundadores do Senge foram homenageados com uma taça de cristal. Abraham, ao falar em nome dos ex-presidentes, lembrou da época em que o sindicato foi fundado e das lutas travadas até hoje em prol dos profissionais. “Temos a missão de não somente defender a categoria, como também dar uma resposta à sociedade catarinense. Por isso, continuaremos colaborando, lutando pelo desenvolvimento da engenharia e também pela transparência, pela dignidade e pela agilidade no nosso Sistema em benefício de todos nós, profissionais”, finalizou. No encerramento, os convidados foram recepcionados no próprio Hotel Parthenon com um coquetel.

AM

Presidente indicado a receber medalha

No dia 29 de maio último, Marcílio Vital de Paula, presidente do Senge Amazonas, foi indicado para receber Medalha de Honra ao Mérito do Crea-AM (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia). Esse foi comunicado através de ofício enviado pelo órgão estadual a Marcos Túlio de Melo, presidente do conselho federal. A escolha desse engenheiro agrônomo ocorreu no dia 19 do mesmo mês, por unanimidade de votos da plenária ordinária 064/2.206, em sessão comandada por Afonso Luiz Costa Lins Júnior, presidente do Crea. Se seu nome for homologado pelo Confea, será agraciado durante a 63ª SOEAA (Semana Oficial de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), de 20 a 24 de agosto, em Maceió, Alagoas.

RN

Começa curso de iluminação & design

Numa parceria entre a Faculdade de Tecnologia Oswaldo Cruz, em São Paulo, o Ipog (Instituto de Pós-graduação de Goiânia) e o Senge Rio Grande do Norte, no dia 9 de junho começaram as aulas da primeira turma do curso de pós-graduação em “Iluminação & Design de Interiores”, composta por 50 alunos – 80% engenheiros e 20% arquitetos. Segundo Augusto César de Freitas Barros, presidente do Senge, ao concluírem o curso, os profissionais estarão aptos a elaborar projetos de iluminação e arquitetura de interiores para residências e ambientes comerciais a partir do conhecimento teórico e prático na área da luminotecnica e da percepção visual de interiores.

MS

Em pauta, a valorização profissional

Aproveitando a série de seminários preparatórios ao VI Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), cujo mote é o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” (leia matérias nesta edição), o Senge Mato Grosso do Sul realizou, em 25 de julho, um seminário sobre a valorização profissional do engenheiro. O evento aconteceu na sede do Crea-MS e contou com a participação dos presidentes do Senge, Arthur Chinzarian, da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, do conselho regional, Amarildo Miranda, do conselheiro federal pelo Estado, Jorge Luiz da Rosa Vargas, e do vice-governador Egon Krakhecke. Na programação do evento, Luiz Guilherme Zigmantas, chefe de gabinete do presidente do Confea, Marcos Túlio de Melo, falou sobre a organização profissional no Brasil. O consultor sindical João Guilherme Vargas Netto discorreu sobre política trabalhista e sindical.

MA

Senge luta contra demissões na EMARHP

No mês de junho cerca de 44 profissionais, entre engenheiros civis, de pesca, agrônomos e geógrafos, foram demitidos pela EMARHP (Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos), sucessora da Companhia de Habitação Popular do Maranhão, que incorporou outras seis empresas ligadas ao desenvolvimento do Estado, em dezembro de 1998. Segundo Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, presidente do Senge Maranhão, eles entraram na Justiça em 1987 requerendo o SMP (salário mínimo profissional), estabelecido pela Lei Federal 4.950-A/66, e recentemente sete profissionais novamente moveram ação e ganharam a gratificação técnica de 222% sobre o SMP, atingindo valores em torno de R\$ 10.000,00 em alguns casos. “Em decorrência disso, todos foram desligados pela empresa, que alegou prejuízo financeiro nos últimos três anos.” A direção do sindicato avalia que há irregularidades, pois a EMARHP está dispensando empregados com estabilidade garantida na Constituição de 1988 e agindo de forma generalizada, como se todos tivessem

sido beneficiados com tal gratificação. Além disso, não foram feitos exames médicos demissionais – entre os dispensados há cardiopatas graves, alguns com problemas renais e dois com câncer. No dia 28 de junho, essa situação foi denunciada pelo Senge e pelos funcionários demitidos, durante audiência na Procuradoria Regional do Trabalho. Esses tinham ajuizado ação na Justiça e já foram beneficiados com decisão cautelar, tendo sido alguns reintegrados, mas todos aguardam decisão final. Ribeiro aposta na mudança desse quadro e acredita na justiça, pois “são profissionais que prestam inestimáveis serviços em órgãos de grande interesse social. Esse tipo de medida é inadmissível num estado com baixos índices de qualidade de vida e carente de mão-de-obra qualificada”.

ENTREVISTA

SC

Festa comemora 35 anos de história

No dia 21 de julho, o Senge Santa Catarina comemorou 35 anos de atuação com a presença de profissionais, fundadores, amigos e políticos. Nesse período, cresceu, fortaleceu-se e garantiu conquistas e benefícios aos engenheiros, arquitetos e, principalmente, aos filiados. O presidente do Senge, José Carlos Rauen, iniciou a festa com pequena cerimônia e chamou os convidados para compor a mesa, entre eles Lício Mauro da Silveira, deputado estadual (PP); Raul Zucatto, presidente do Crea-SC; Sebastião dos Reis Salvador, representante da Abes (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária); Alaor Tissot, vice-presidente da Facisc (Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina) e presidente da ONG FloripAmanhã; João Eduardo Amaral Moritz, presidente da Abih; Fátima Oliveira, gerente da Mongeral; e Carlos Bastos Abraham, diretor-tesoureiro da FNE e do Senge.

Na ocasião, foi assinado o contrato de parceria com a Mongeral, instituindo o SengePrev, um serviço de previdência privada a todos os engenheiros filiados. “Procuramos com isso oferecer novos serviços que atendam as necessidades da categoria”, explicou Rauen. Na seqüência, os fundadores do Senge foram homenageados com uma taça de cristal. Abraham, ao falar em nome dos ex-presidentes, lembrou da época em que o sindicato foi fundado e das lutas travadas até hoje em prol dos profissionais. “Temos a missão de não somente defender a categoria, como também dar uma resposta à sociedade catarinense. Por isso, continuaremos colaborando, lutando pelo desenvolvimento da engenharia e também pela transparência, pela dignidade e pela agilidade no nosso Sistema em benefício de todos nós, profissionais”, finalizou. No encerramento, os convidados foram recepcionados no próprio Hotel Parthenon com um coquetel.

AM

Presidente indicado a receber medalha

No dia 29 de maio último, Marcílio Vital de Paula, presidente do Senge Amazonas, foi indicado para receber Medalha de Honra ao Mérito do Crea-AM (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e do Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia). Esse foi comunicado através de ofício enviado pelo órgão estadual a Marcos Túlio de Melo, presidente do conselho federal. A escolha desse engenheiro agrônomo ocorreu no dia 19 do mesmo mês, por unanimidade de votos da plenária ordinária 064/2.206, em sessão comandada por Afonso Luiz Costa Lins Júnior, presidente do Crea. Se seu nome for homologado pelo Confea, será agraciado durante a 63ª SOEAA (Semana Oficial de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), de 20 a 24 de agosto, em Maceió, Alagoas.

RN

Começa curso de iluminação & design

Numa parceria entre a Faculdade de Tecnologia Oswaldo Cruz, em São Paulo, o Ipog (Instituto de Pós-graduação de Goiânia) e o Senge Rio Grande do Norte, no dia 9 de junho começaram as aulas da primeira turma do curso de pós-graduação em “Iluminação & Design de Interiores”, composta por 50 alunos – 80% engenheiros e 20% arquitetos. Segundo Augusto César de Freitas Barros, presidente do Senge, ao concluírem o curso, os profissionais estarão aptos a elaborar projetos de iluminação e arquitetura de interiores para residências e ambientes comerciais a partir do conhecimento teórico e prático na área da luminotecnica e da percepção visual de interiores.

MS

Em pauta, a valorização profissional

Aproveitando a série de seminários preparatórios ao VI Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), cujo mote é o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” (leia matérias nesta edição), o Senge Mato Grosso do Sul realizou, em 25 de julho, um seminário sobre a valorização profissional do engenheiro. O evento aconteceu na sede do Crea-MS e contou com a participação dos presidentes do Senge, Arthur Chinzarian, da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, do conselho regional, Amarildo Miranda, do conselheiro federal pelo Estado, Jorge Luiz da Rosa Vargas, e do vice-governador Egon Krakhecke. Na programação do evento, Luiz Guilherme Zigmantas, chefe de gabinete do presidente do Confea, Marcos Túlio de Melo, falou sobre a organização profissional no Brasil. O consultor sindical João Guilherme Vargas Netto discorreu sobre política trabalhista e sindical.

MA

Senge luta contra demissões na EMARHP

No mês de junho cerca de 44 profissionais, entre engenheiros civis, de pesca, agrônomos e geógrafos, foram demitidos pela EMARHP (Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos), sucessora da Companhia de Habitação Popular do Maranhão, que incorporou outras seis empresas ligadas ao desenvolvimento do Estado, em dezembro de 1998. Segundo Maria Odineá Melo Santos Ribeiro, presidente do Senge Maranhão, eles entraram na Justiça em 1987 requerendo o SMP (salário mínimo profissional), estabelecido pela Lei Federal 4.950-A/66, e recentemente sete profissionais novamente moveram ação e ganharam a gratificação técnica de 222% sobre o SMP, atingindo valores em torno de R\$ 10.000,00 em alguns casos. “Em decorrência disso, todos foram desligados pela empresa, que alegou prejuízo financeiro nos últimos três anos.” A direção do sindicato avalia que há irregularidades, pois a EMARHP está dispensando empregados com estabilidade garantida na Constituição de 1988 e agindo de forma generalizada, como se todos tivessem sido beneficiados com tal gratificação. Além disso, não foram feitos exames médicos demissionais – entre os dispensados há cardiopatas graves, alguns com problemas renais e dois com câncer. No dia 28 de junho, essa situação foi denunciada pelo Senge e pelos funcionários demitidos, durante audiência na Procuradoria Regional do Trabalho. Esses tinham ajuizado ação na Justiça e já foram beneficiados com decisão cautelar, tendo sido alguns reintegrados, mas todos aguardam decisão final. Ribeiro aposta na mudança desse quadro e acredita na justiça, pois “são profissionais que prestam inestimáveis serviços em órgãos de grande interesse social. Esse tipo de medida é inadmissível num estado com baixos índices de qualidade de vida e carente de mão-de-obra qualificada”.

C&T

No ano de 2004, pela primeira vez em sua história, o prêmio Jovem Cientista foi entregue a pesquisadoras, em duas categorias. Em 2005, elas venceram em todas. Uma das agraciadas há dois anos, em caráter pioneiro, foi Marcela Chiumarelli, então estudante do último ano de engenharia agrícola da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). A pesquisa que garantiu o resultado é importante à redução do desperdício na plantação de tomates. A conquista é retratada no livro “Ciência, substantivo feminino” como exemplo de uma nova geração de mulheres que vem ganhando espaço num campo ainda majoritariamente masculino.

Escrita pelas jornalistas Graziella Guerra, Joice Cristina Rossi e Mônica Pileggi, a publicação reúne, em suas 144 páginas, 12 histórias de sucesso feminino em diversas áreas do saber. Se por um lado procura retratar a história da engenheira recém-formada como, segundo Rossi, “uma visão de futuro”, por outro, traz a trajetória de pesquisadoras com larga experiência,

como a da química Constancia Pagano Gonçalves da Silva, premiada mundialmente em reconhecimento à “sua contribuição para o uso pacífico da energia nuclear”.

Imagem distorcida

Com a iniciativa, a tentativa, conforme Rossi, é de desmistificar a figura do cientista. “Saímos às ruas de São Paulo perguntando qual a imagem que faziam desse profissional. Geralmente, a população associa à de Einstein, ou seja, de um homem – e louco. Mas tem muitas mulheres nesse campo.” Não obstante, é fato que elas ainda são minoria. “Se olharmos as principais agências de pesquisa e órgãos, são todos presididos por homens e há poucas em posição de liderança. E eles ainda são privilegiados em salários”, endossa a jornalista.

As informações estão no livro e fundamentam-se nos resultados do primeiro congresso “Mulheres Latino-americanas nas Ciências Exatas e da Vida”. Realizado no Rio de Janeiro em novembro de 2004, suas conclusões, reproduzidas pelas autoras, são de que “a vida de uma pesquisadora pode ser marcada por preconceito e falta de apoio; pouca perspectiva no mercado; dupla jornada de trabalho (atua como mãe e profissional); imagem de fragilidade feminina”. Esse é outro mito que a publicação tenta derrubar, ao retratar mulheres determinadas e perseverantes. Quanto a haver discriminação, Rossi não descarta, mas garante que nenhuma das entrevistadas disse ter sofrido ao longo de sua carreira. O trabalho das jornalistas procurou ainda mostrar como as cientistas fazem para conciliar a vida particular e profissional. As dificuldades não são poucas, em uma agenda lotada.

Mudando as estatísticas

Ao longo da história, também conforme o livro, os desafios para as que ousaram atuar como cientistas foram gigantescos. Boa parte delas sequer teve seu trabalho reconhecido. Outras tiveram que se esconder atrás de nomes masculinos para conseguir apresentar sua produção ou se mantiveram à sombra de seus cônjuges e parentes, como pais e irmãos. Na Idade Média, destaca a publicação, as mulheres tiveram papel fundamental na ciência. “Deram importantes contribuições à medicina. Algumas eram consideradas bruxas pelos inquisidores, por se organizarem em grupos para a troca de conhecimentos. Acreditavam que tinham pacto com o diabo. Quando capturadas, eram submetidas a torturas... Muitas eram queimadas vivas.” De acordo com as autoras, a perseguição sofrida fez com que “a produção científica feminina fosse mais escassa do que a masculina”.

A despeito disso, elas persistiram e começam pouco a pouco a mudar as estatísticas. “Estão conquistando cada vez mais espaço.” Sua atuação derruba a declaração infeliz feita no início de 2005 pelo reitor da renomada Universidade de Harvard, Lawrence Summers – que, devido à repercussão negativa, teve que se desculpar publicamente logo após. Ele sugeriu à época, relembra a obra, que “as mulheres pudessem ter menor aptidão do que os homens para as ciências, o que explicaria a ausência de pesquisadoras bem-sucedidas”. “No Brasil, mulheres como Mayana Zatz, geneticista reconhecida por pesquisas no ramo da distrofia muscular, e Johanna Döbereiner (falecida em 2000, aos 75 anos), cuja contribuição científica tornou o país

um dos líderes da produção mundial de soja, mostram que declarações como a de Summers são equivocadas”, destacam as autoras.

Serviço:

Ciência, substantivo feminino, Graziella Guerra, Joice Cristina Rossi e

Mônica Pileggi (autoras), CLA Editora, 144 páginas,

preço de R\$ 25,00.

Informações pelo telefone

(11) 3766-9015 e e-mail editoracla@editoracla.com.br.